

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO COMUNISMO NAS REPORTAGENS JORNALÍSTICAS E NOS DISCURSOS DAS AUTORIDADES POLÍTICAS E RELIGIOSAS NA CIDADE DE CARUARU NA DÉCADA DE 1960 A 1970.¹

José William Lopes Torres²

RESUMO

Este trabalho procura discutir os impactos da Ditadura Militar particularmente na cidade de Caruaru-PE, no período entre as décadas de 1960 a 1970, voltando-se para uma análise do processo de construção da identidade do comunismo como o “outro” da ordem social durante o regime da Ditadura Militar, focando-se em analisar acerca de como foram produzidos os semióforos (como o verdeamarelismo, as forças armadas, o discurso do país harmonioso, grandioso, da alegria etc.) como também a identidade do comunismo como o ser “anômalo”, um sujeito invertido no mundo da ordem. Neste processo de super valorização dos militares e da negatização do comunismo a mídia jornalística (jornal A Defesa; jornal de origem católica e que atualmente está fora de circulação e Jornal vanguarda; jornal que ainda hoje tem grande representatividade na cidade de Caruaru) ocupará um papel fundamental na invenção do comunismo juntamente com líderes religiosos e políticos caruaruenses durante os anos de 1960 a 1970.

Palavras-Chaves: Ditadura Militar. Comunista. Mídia.

Após o Golpe de 1964, o governo militar usaria algumas estratégias para que o Brasil possuísse de fato um corpo “político harmonioso” em todo território nacional. A Ditadura Militar buscou logo após 1964, estabelecer as estratégias a fim de manter o

¹ Este trabalho é orientado pelo professor José Adilson Filho, Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sociologia de Campina Grande (UFCG). Atualmente professor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), atuando também, como Professor Orientador do Núcleo de Pesquisa da FAFICA (NUPESQ-FAFICA). Professor da Faculdade de Belo Jardim (FABEJA). adilsonfilho.clio@bol.com.br

² Graduando em História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), Aluno Bolsista de Iniciação Científica (NUPESQ-FAFICA). william_historia@hotmail.com

controle social. Assim, como o Golpe atingiu o país, certamente a cidade de Caruaru também sentiu seus efeitos corrosivos. A cidade de Caruaru se encontra localizada a 134 km, do Recife, tratando-se de uma cidade pólo no agreste pernambucano e que posteriormente se tornou ponto fundamental para as atividades repressivas da Ditadura Militar.

Em Caruaru, a mídia será o porta estandarte do novo regime, uma vez que será a responsável por levar à sociedade local “as virtudes e valores” da nova realidade política que se institui com a posse de Castelo Branco, vista como benéfica ao país e, portanto, aos caruaruenses. Os jornais de circulação da cidade de Caruaru divulgavam a posse do novo Presidente brasileiro da seguinte forma:

GENERAL CASTELO BRANCO SERÁ ELEITO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Com a desistência anunciada da candidatura do Marechal Dutra à presidência da República, o general Castelo Branco, cujo nome foi aprovado pela totalidade das lideranças partidárias, deverá ser nas próximas horas Supremo Chefe da Nação Brasileira. O deputado José Maria Alkimin candidato do PSD à vice presidência também deverá ser escolhido segundo tudo indica. Os governadores do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Sergipe, Maranhão, Espírito Santo e Paraíba que estiveram há poucos dias com o Ministro da Guerra, manifestaram a sua solidariedade ao General Costa e Silva pelo recente Ato Institucional, e ao mesmo tempo hipotecaram adesão ao General Castelo Branco à Suprema Magistratura do País. (A Defesa, 11 de Abril de 1964)

Na época da posse do General Castelo Branco, era prefeito de Caruaru, o Sr. Drayton Jaime Nejain, filiado a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) estando, portanto estabelecido o apoio político de que tanto necessitaria o regime Militar, ou seja, a presidência, formada por líderes da ARENA, encontra na cidade de Caruaru, total respaldo político, isto é, o prefeito do ano de 1964 era de fato um aliado político no que diz respeito ao seu posicionamento partidário e ao combate a todo tipo de ideias e pessoas contrárias ao regime.

Estabelecida as alianças, a cidade de Caruaru já estava estreitamente ligada ao Governo vigente, restando agora legitimá-lo no imaginário popular. Este processo se inicia com a grande ajuda da mídia. Na cidade de Caruaru, o Regime Militar tem na mídia o suporte ideológico de que precisa. Assim, algumas rádios e jornais serão os difusores das

suas “benesses”. Certamente, a propaganda midiática, contribui para adequar parte da sociedade local aos dispositivos do regime. A mídia precisa apostar nas expectativas, valores e medos da sociedade. Segundo Antonio Albino Canela Rubim, em seu livro *Comunicação e Política*:

“‘Os efeitos de mídia’ podem ser construídos pelo acionamento de uma diversidade de dispositivos de produção de sentidos. Dentre eles, destacam-se recorrências à espetacularização, adequações às gramáticas telecomunicacionais, aproximações às lógicas midiáticas de representação da realidade-mundo, investimentos em critérios da realidade, radicalização de contrastes inscritos na realidade” (RUBIM, 2000: 59)

Em outras palavras, o impacto da mídia na sociedade caruaruense, contribui para a divulgação mediante a consagração e espetacularização do novo Poder. Para poder entendermos como é transmitida a mudança do governo de Jango ao de Castelo Branco, basta apenas observarmos o jornal *Vanguarda* quando noticiou tal fato:

“Estamos vivendo os primeiros dias de 1964. É a época própria dos balanços, das auferições dos lucros e prejuízos, do saldo positivo ou negativo que o ano passado nos deixou nos negócios, nos estudos na vida, enfim 1963 deve estar julgado e medido nas suas realizações e conseqüências (...). O que ninguém esconde, porém, é que 1964 é um ano decisivo para o Brasil. A consolidação das instituições, a reafirmação de princípios básicos para a democracia, a reforma das estruturas superadas e arcaicas, o livre exercício do voto e tudo mais que nos interesse como nação livre e democrática, sofrerá o maior já sentido a transformação mais profunda(...) Que amadureçamos no amor à Pátria e seus ideais, na fidelidade aos princípios constitucionais... (VANGUARDA, 05 de Janeiro de 1964)

Neste recorte do jornal *Vanguarda*, podemos observar que a passagem do governo de Jango ao Regime Militar apresenta-se à população caruaruense como um momento de vitória e novos caminhos democráticos a serem seguidos. Assim, a partir desta reportagem jornalística, percebemos que a mídia insiste em afirmar que, a política arcaica, isto é, o governo anterior ao Golpe de 31 de março de 1964, já deveria ser esquecida, pois é chegada a hora de um grande momento para o povo brasileiro, ou seja, o período do Regime Militar. Este, portanto, seria uma forma de criar os signos progressistas. Apresentação dos generais como os novos semiófos da nação.

Segundo Marilena Chaui “um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica” (CHAUI, 2000: 12), esta seria, conseqüentemente, uma das propostas do Golpe militar, estabelecer um semióforo, criar a sua força simbólica própria, isto é, adentrar no imaginário social, a fim de criar uma religião cívica para o povo brasileiro.

Contudo, a super valorização do Regime Militar dependia da criação do seu inverso, pois foi assim que o Regime Militar também atuou na cidade de Caruaru, formando a sua imagem perfeita, sendo também necessário produzir sua antítese, ou o “mal” que se configuraria no Comunismo. A Ditadura Militar se estabeleceu como os salvadores de 1964, enquanto que o Comunismo estaria sendo produzido pela mídia, pelos líderes religiosos e políticos caruaruenses, o sujeito que destrói, corrompe e contamina os ideais da nação. Nestas condições começa-se a produzir os estígmata a respeito do que seria o comunista; figura humana que promulga a desavença, a desordem, acabando como os lares das famílias cristãs. Neste processo, de criação e anulação do “outro”, a Ditadura Militar, utiliza-se de métodos a atingir o imaginário social caruaruense, no que diz respeito à criação do estereótipo reproduzido ao seu inimigo imediato, isto é, o Comunismo.

O Regime Militar atua, na reprodução constante de uma falsa realidade, buscando reproduzir, na imagem do comunismo, aquele ser extirpado do meio social. Foram formas de discursos que emergiram das mais variadas conotações possíveis, recriando e polarizando, o visível do dizível, estabelecendo nos discursos, estratégias de transformação do “outro” num monstro, num demônio. A demonização do comunista articulava-se com a ideia de subversão e desordem, da mesma forma, qualquer indivíduo que contestasse qualquer coisa ou fosse amigo de “um Comunista” seria rotulado também com o mesmo estigma.

Essas rotulações e esteriotipizações podem ser verificadas na cidade de Caruaru, ao observarmos algumas matérias do jornal A Defesa, órgão católico, quando chega a acusar de comunista um empresário caruaruense que demitia os funcionários que se negavam a trabalhar nos sábados à tarde, em função da Semana Inglesa onde de acordo com a Lei de número 1325/63 o trabalhador não seria obrigado a trabalhar neste dia, porém mesmo assim o empresário estava demitindo os que se negaram a trabalhar nos sábados a

tarde e assim por descumprir a lei o lojista estava sendo acusado de subversivo (Comunista). Vejam como a ideia de subversão é fundamental ao regime, inclusive durante a Ditadura Militar onde a produção do “bode expiatório” lhe foi estratégica

Comerciante Subversivo

Comerciantes gananciosos continuam a desrespeitar a lei 1325/63. A classe comerciária é lesada em seus direitos explorada e sacrificada, por um pequeno grupo que detém o poder econômico. Alguns deles chegam a dispensar empregados, porque estes lutam em não trabalhar no sábado à tarde, direito adquirido por uma lei. Os comerciários temem em protestar com mais veemência. Certamente, os patrões iriam chama-lós de subversivos, mas eles que desrespeitam uma lei de um poder constituído, eles que não temem ameaças de “notinha” de secretário, que não ligam para o poder coator não são subversivos, pelo simples fato de terem dinheiro. O comunismo vê o homem como um animal econômico (...). O certo, no entanto, é que o prefeito tem o dever, custe o custar, de fazer com que uma lei de seu município não seja desrespeitada, seja cumprida (...). (A DEFESA, 16 outubro de 1966)

Ao observarmos a reportagem jornalística, percebemos que quando, o comerciante caruaruense, descumpriu a Lei de número 1325/63 demitindo os seus funcionários que se nega a trabalhar no sábado, ele seria assim, rotulado de comunistas, pois iria de confronto à Lei, e todo aquele que não correspondesse ao que o Regime Militar desejava, isto é, a submissão absoluta das leis e ordens, seria concebido como um subversivo causador da desordem.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque, no seu livro *A Invenção do Nordeste e outras artes*:

“Os discursos fazem ver, embora possam fazer ver algo diferente do eu diz. São estratégias de poder que orientam os encontros os as divergências entre o visível e o dizível e o contato entre eles” (Deleuze, *in*, Albuquerque Jr., 1999: 59)

Assim, as alocações formadas pela Ditadura Militar, atuaram de grande maneira na “invenção do comunista” na cidade de Caruaru, a partir do hiato, entre o ver e o dizer, orientando *a priori* as relações de poder ao qual a sociedade caruaruense viveu durante o Regime Militar. As relações entre o comunista e as demais pessoas da população

caruaruense, atuavam, de maneira, a saber, de separação, na caricaturação do Comunismo, como algo demoníaco, uma lepra que poderia contribuir para que adoecesse o “corpo sadio” isto é, o Brasil. Desta forma, qualquer que fora o problema social, este, por fim, seria um causa do Comunismo na cidade de Caruaru, assim como relata o Jornal A Defesa:

MARIA E A REVOLUÇÃO.

Maria, filha de uma lavandeira, trabalha em uma pequena fábrica, em Caruaru, ganhando Cr\$. 4.000, por semana. Não é preciso dizer que este salário é incompatível com as necessidades fundamentais da moça pobre e paupérrima. Imagine se a sua habitação, vestuário, alimentação e possibilidade de uma educação integral. Ela é uma escrava do trabalho e da sociedade, pois raramente sai de casa, ou porque não tem dinheiro, ou porque se envergonha da roupa que veste, mesmo seja a do dia de domingo(...)Uma estrutura econômica e política, que e permite um operário ganhar um salário de fome, é contra o homem em sua dignidade e em seus direitos, e se parece muito com a do mundo comunista(...)O comunismo ainda subsiste atuante e com um grande fascínio, especialmente para os jovens e a massa trabalhadora, porque exploram estes erros e estas injustiças. E, diz Fulton J. Sheen, com todo erro, contêm, sua parcela de verdade, as verdades parciais são astuciosamente apresentada de acordo com a necessidade de tempo e lugar, para encobrir, quando conveniente, a crueza e desumanidade repulsiva dos princípios e táticas comunistas. Felizmente, no Brasil, houve uma revolução. Revolução que veio acabar com o comunismo, com os agitadores, subversivos e corruptos. Mas, infelizmente, com tanta gente presa, cassada e desterrada, Maria continua a passar fome. Será vítima do próximo agitador que aparecer. É que ele, apesar de pregar a agitação, o desrespeito à autoridade, de querer levar o País a anarquia afirmava alguma coisa de verdade, no meio dos erros e demagogia. Mas a Revolução que vem combatendo o desemprego, o custo de vida e organizando as finanças do país, ainda terá tempo de resolver o problema de Maria e se fortalecer na luta contra o Comunismo ateu e profundamente desumano. (A DEFESA, 06 de março de 1966)

Ao verificarmos as reportagens até agora apresentadas, percebemos que a mídia reproduzia em Caruaru uma negação constante do que viria a ser o comunista e ao mesmo tempo uma criação do seu outro, formando o estranho e apagando as semelhanças a fim de criar este “mostro comunista”. As reportagens tornaram-se métodos, agressivos em rotular, através dos discursos, o comunismo, nas palavras de Durval Muniz de Albuquerque

O Discurso da estereotipia é um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e autossuficiente que se arroga o direito de dizer o que é o outro é em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças

individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo.
(ALBUQUERQUE Jr., 1999: 30)

Os presidentes que atuaram no Brasil durante a Ditadura Militar, reproduziram suas imagens na cidade de Caruaru de forma, a saber, como heróis, únicos, capazes de dar ao povo brasileiro uma melhoria de vida, levantando cada vez mais o seu semióforo, como método de reproduzir ao imaginário social, uma característica de salvadores, algo semelhante a um Leviatã, isto é, aquele, meio deus, meio homem, garantindo assim a sua diferenciação, únicos políticos, ou líderes políticos, que em sua forma de governabilidade, seriam inusitados em governar o Brasil, seriam eles o “Moisés”, incorporados na figura dos presidentes que foram desde o General Castelo Branco (11 de abril de 1964) ao General João Batista Figueiredo (15 de março de 1985).

Ao mesmo tempo em que a figura dos Generais da Ditadura Militar estava sendo cada vez mais supervalorizadas, a do seu “outro”, o “estranho”, tornara-se cada vez mais algo fantasmagórico, a mídia local, isto é, de Caruaru, esteve como a total responsável de reproduzir, o medo ao comunista, segundo Antonio Torres Montenegro “O perigo, o medo, a insegurança eram signos que acompanhavam constantemente uma parcela significativa dessas matérias jornalísticas e concorreram para a efetivação do golpe civil-militar de 1964” (Montenegro, 2009:183).

O Regime Militar posto no Brasil no ano do Golpe civil-militar, de 31 de março de 1964, buscou descentrar a identidade do comunista. A descentralização identitária, atuava nas condições de estabelecer formas de poder ao “outro”, retirando deles, a sua atuação natural, padronizando todos os corpos ao que previa os códigos legislativos, isto é, os Atos Institucionais.

Stuart Hall nos mostra que a descentralização da identidade do indivíduo, parte da relação entre padronificar para uma medida necessária, e a docilização a fim de se garantir o que se espera, isto é, a previsibilidade de comportamentos

“O poder de disciplinar está preocupado, em primeiro lugar, com a regulação, a vigilância é o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo (...). O poder objetivo do ‘poder

disciplinar' consiste em manter 'as vidas, as atividades, o trabalho, as infelicidades e os prazeres do indivíduo', assim como sua saúde física e moral, suas práticas sexuais e sua vida familiar, sob estrito controle e disciplina, com base no poder dos regimentos administrativos, do conhecimento especializado dos profissionais e no conhecimento fornecido pelas 'disciplinas sociais'. Seu objetivo básico consiste em produzir 'um ser humano que possa ser tratado como um corpo dócil'. (Hall, 1992: 42)

Estas relações entre a padronificação e docilização, a fim de descentralizar a identidade do indivíduo, encontram-se na divulgação de determinadas medidas imposta pelo Regime Militar expressados no jornal A Defesa.

Para corrigir as injustiças decorrentes do liberalismo econômico levantaram muito a bandeira do socialismo marxista. Algumas notas caracterizam concretamente esta solução:

- 1- O estado é o único proprietário dos bens de produção.
- 2- Todos os que trabalham são assalariados do Estado.
- 3- Todo lucro particular é abusivo.
- 4- É delimitada completamente a iniciativa privada
- 5- Cabe ao Estado a iniciativa e a direção integral da vida econômica, cultural e política.

O Estado passa assim a ser, o único proprietário, educador e orientador da vida social. Todas as decisões ficam concentradas em mãos do governo. E o governo nas mãos do Partido Único. (A DFESA, 24 de julho de 1966)

Estes conjuntos de regulamentos são apenas alguns de tantos outros que atuaram durante o período de Ditadura Militar no Brasil, do pós Golpe de 31 de março de 1964. Estas medidas atuaram desde o regulamento da lei propriamente dita, como também em discursos apologéticos, destinados ao operário caruaruense, no dia trabalhador, isto é, dia 1 de maio.

OPERARIOS DE CARUARU: TRABALHADORES DE MINHA TERRA.

É uma honra e um prazer falar-vos neste dia consagrado universalmente ao trabalhador. Ao operário anônimo e ao soldado da paz forjando das grandes vitórias de uma nação (...). E o operário do Brasil foi ganhando terreno, conquistando, graças a sua capacidade e a atitude desassombrada desses

congressistas, culminando com a Consolidação das Leis do Trabalho que ampara e corrige umas tantas lacunas que existiram antes. Operários de Caruaru! É preciso que se diga, sem rodeios e sem rebuços que o operário do Brasil para novas conquistas não precisa de meios violentos nem de greves sem motivação, nem de badernas, porque os homens públicos de hoje sabem perfeitamente que o operário é a espinha dorsal de um país que sai do subdesenvolvimento para caminhar grande para o futuro, na expressão feliz e saborosa de Stefan Sweing. Não é necessário que o operário brasileiro sugue como um cordeiro manso e pacífico, a instituição do falso líder que enquanto explora a boa fé do trabalhador que muitas vezes caminha para casa sem a certeza de encontrar o pão da ceia dos seus filhos, eles, os líderes freqüentavam banquetes regados a uísque e cigarros americanos. Não, o operário brasileiro de hoje tem a consciência sã e perfeita noção do que quer. Saber escolher o seu representante e saber pedir. O operário brasileiro já saiu, tenho certeza, daquela noção errônea de que a demonstração de força é que reivindica. Já deixou aquele critério de olhar para o empregador como o seu futuro inimigo. Sim porque o operário de hoje sabe que o Congresso e o Executivo é o que lhe cuida, dando Leis para o seu amparo às quais o empregador cumpre fielmente, porque se não o fizer pratica um crime. Operários de minha terra, eu vos saúdo no dia de hoje certo que bem mereceis o galardão de heróis desse exercito civil que avança de vitoria em vitoria, dentro de verdadeiros princípios de uma democracia Cristã. (VANGUARDA, 01 de maio de 1968)

Este discurso acima é narrado por Antonio Liberato, no dia 01 de maio de 1968, e transcrito posteriormente, pelo jornal Vanguarda. É fácil, de percebemos como o discurso se propaga pela mídia, neste momento jornalístico a cima. É uma relação entre o bom trabalhador que não deve reivindicar suas necessidades, pois o governo já supre todas as suas necessidades, tornado-se, portanto, o “Pai” de todos, e ao mesmo tempo não devendo aceitar nem uma orientação grevista, ou de falsos líderes, isto é, o comunista, aquele que “explora a boa fé do trabalhador que muitas vezes caminha para casa sem a certeza de encontrar o pão da ceia dos seus filhos”, como também, traz a necessidades de que, todos os trabalhadores devem acatar as leis impostas à cidade de Caruaru, pois, se assim não proceder, estará realizando um crime, e posteriormente, sofrerá sanções.

O que nos fica notório, é que o trabalhador caruaruense, encontra-se descentrado, em sua identidade, isto é, totalmente padronizado à constituição imposta. A mídia, por sua vez, é a rotuladora do “outro”, a estigmatizadora do comunista, impondo constantemente o medo à população caruaruense.

Os anos que foram desde o Golpe civil-militar de 31 de março de 1964, até aos anos das Diretas já, foram decisivos nas relações sociais e políticas da sociedade caruaruense, pois foi campo de lutas e acontecimentos históricos na política de Caruaru. A

mídia, por sua vez, como já fora falado neste texto, teve em sua maior intencionalidade até meados da década de 1970 de contribuir para a valorização do Regime Militar na cidade de Caruaru, elaborando, a relação entre governo perfeito e líderes completos e ao mesmo tempo criando ao comunismo como um “monstro devorador” da liberdade do povo brasileiro. Certamente foram entraves que se seguiram durante o período de 1960 a 1970 nas reportagens jornalísticas e nos discursos das autoridades políticas e religiosas de Caruaru durante a Ditadura Militar pós 1964.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. A Cidade Atravessada: velhos e novos cenários na política belojardinense. Recife, COMUNIGRAF, 2009.

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e Outras Artes. São Paulo, CORTEZ EDITORA, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Brasil Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo, EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2000.

FERREIRA; Jorge / DELGADO; Lucilia de Almeida Neves. (Org.) O Brasil republicano 4. O tempo da Ditadura Militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 36º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Hall, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 11º Ed. Rio de Janeiro, 2006.

Montenegro, Antonio Torres. História, Metodologia, Memória. EDITORA CONTEXTO, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Comunicação e Política. HACKES EDITORA, 2000.

VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira 1964 / 1984. EDITORA MODERNA, 1985.

FONTES

FONTES IMPRESSAS

Jornal A Defesa (Anos / 1964 e 1966)

Jornal Vanguarda (Anos / 1964, 1968, 1969)